

CNPJ 28.127.603/0001-78
NIRE 32300000703
Cod. CADOC 26.1.9.040-6

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANESTES
S.A. – BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,
REALIZADA EM CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E DOIS, EM SUA SEDE SOCIAL.**

Data, Horário e Local: 5 de maio de 2022, às 14 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Avenida Princesa Isabel, n.º 574, 9º andar, Bloco B, Centro, Edifício Palas Center. **Convocação:** pelo Presidente, nos termos do *caput* e § 5º do Artigo 33 do Estatuto Social da Sociedade. **Presença:** José Antônio Resende Alves, Presidente; Carla Barreto, Marinete Andrião Francischetto e Sonia Resende Barros, Conselheiras; João Luiz Pereira de Oliveira, José Amarildo Casagrande, Maelcio Maurício Soares, Sebastião José Balarini e Wander Egídio de Oliveira, Conselheiros. **Mesa:** José Antônio Resende Alves, Presidente; Márcia Carvalho Lauff, Secretária. **Ordem do Dia:** eleição de membros estatutários para compor a Diretoria e o Comitê de Auditoria da Sociedade. **Deliberações Tomadas:** **ELEGEU:** I. Em atendimento ao OFÍCIO G N.º 015/2022, de 8/3/2022, do acionista controlador, Estado do Espírito Santo, para compor a Diretoria do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, com mandato até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração - RCA que suceder à Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2024: (i) no cargo de Diretor-Presidente: **José Amarildo Casagrande**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Bancário aposentado, Carteira de Identidade 062.593.39-7, IFP/RJ, CPF 730.368.627-49, residente na Alameda Azaleia, n.º 54, Quadra 2J, Lote 09, Residencial 2, Bairro Jacuhy, Serra (ES), CEP 29161-276, ficando responsável pelas áreas jurídica; de secretaria executiva; de imprensa e comunicação; de marketing; e de assessoria de pesquisa econômica e de mercado; (ii) no cargo de Diretor de Relações com Investidores e de Finanças, **Silvio Henrique Brunoro Grillo**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, Engenheiro Eletricista, Carteira de Identidade 569.580, SSP/ES, CPF 742.571.027-72, residente na Rua Waldomiro Antônio Pereira, n.º 55/702, Mata da Praia, Vitória (ES), CEP 29066-290, ficando responsável pelas áreas financeira e de mercado; de contabilidade; de numerário e compensação; de relações com investidores e planejamento; e tributária; (iii) no cargo de Diretor da área de administração: **Alcio de Araujo**, brasileiro, divorciado, Administrador de Empresas, Carteira de Identidade 8.211.529, SSP/SP, CPF 741.290.588-00, residente na Rua Aquino Araújo, n.º 111/501, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29101-240, ficando responsável pelas áreas de gente e gestão; de engenharia; de segurança patrimonial e suprimentos; de aquisição e contratos; de ouvidoria geral; e pela comissão de licitação e pregão; (iv) no cargo de Diretor da área de riscos e controle, **Carlos Artur Hauschild**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Advogado, Carteira de Identidade 6.054.550.022, SJS/RS, CPF 760.531.560-00, residente na Av. Antônio Gil Velozo, n.º 3.330/901, Praia de Itapoã, Vila Velha (ES), CEP 29101-742, ficando responsável pelas áreas de controles internos e *compliance*; de segurança da informação e fraudes; de análise de riscos integrados; de



modelos de risco de crédito e socioambiental; de informações corporativas e proteção de dados; de análise de risco; e de monitoramento de clientes; **(v) no cargo de Diretor da área de rede, Fernando Valli Cardoso**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Bancário, Carteira de Identidade 399.050, SSP/ES, CPF 798.500.307-04, residente na Rua Tupinambás, n.º 95/302, Jardim da Penha, Vitória (ES), CEP 29060-810, ficando responsável pelas áreas estratégica de pontos de atendimento; de correspondente; de rede de agências; pelas superintendências regionais norte (São Mateus), centro (Vitória) e sul (Cachoeiro de Itapemirim); e pela Superintendência de contas de Governo, Empresas e Digital; **(vi) no cargo de Diretor da área de negócios e recuperação de ativos, Hugo Luiz Ribeiro Gaspar**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, dirigente de empresa pública, Carteira de Identidade 589.069, SPTC/ES, CPF 884.654.037-91, residente na Rua Chapot Presvot, n.º 99/702, Praia do Canto, Vitória (ES), CEP 29055-410, ficando responsável pelas áreas de inovação de crédito; de crédito comercial (pessoa física e pessoa jurídica); de crédito rural e para investimentos; de crédito imobiliário; de reestruturação de ativos; de formalização e avaliação de bens e projetos; e pela Superintendência de Crédito; **(vii) no cargo de Diretor da área de meio de pagamento e administração de recursos de terceiros e distribuição, Marcos Vinícius Nunes Montes**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Bancário, Carteira de Identidade 2.009.092, SPTC/ES, CPF 111.601.417-38, residente na Av. Carlos Orlando Carvalho, n.º 441/301, Jardim da Penha, Vitória (ES), CEP 29060-260, ficando responsável pelas áreas de cartões (operacional e rede); de administração de recursos de terceiros; de inovação em meios de pagamento e investimentos; de distribuição de produtos de investimento e custódia; de contas de depósito; de arrecadação e cobrança bancária; e pela Superintendência de Meios de Pagamento, Distribuição de Investimentos e Inovação; **(viii) no cargo de Diretor da área de tecnologia, Tasso de Macedo Lugon**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, Administrador, Carteira de Identidade 925.270, SSP/ES, CPF 011.278.607-39, residente na Av. César Hilal, n.º 1181/303, Praia do Suá, Vitória (ES), CEP 29052-230, ficando responsável pelas áreas de canais eletrônicos; de dados; de soluções de sistemas de apoio ao negócio; de soluções de meios de pagamento e crédito; de soluções de sistemas de canais; de infraestrutura tecnológica; de suporte ao usuário Banestes; de produção; de comunicação e finanças de TI; de governança de TI e projetos; e pela Superintendência de Transformação Digital. Na sequência, em conformidade com as normas vigentes dos órgãos reguladores e autorreguladores, fixou as áreas de atuação/responsabilidades dos Diretores da Sociedade, conforme segue: **Silvio Henrique Brunoro Grillo**: Banco Central do Brasil: operações swap (operações de derivativos no mercado de balcão Resolução CMN n.º 3.505/2007); área contábil (Resolução CMN n.º 4.924/2021 e Resolução BCB n.º 120/2021); operações de empréstimos e troca de títulos (Resolução CMN n.º 3.197/2004); operações compromissadas (Resolução CMN n.º 3.339/2006); acordos para compensação no Sistema Financeiro Nacional - SFN (Resolução CMN n.º 3.263/2005); assuntos relativos ao Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou contas de liquidação (Resolução BCB n.º 105/2021); consulta a informações relativas a posições em instrumentos financeiros derivativos (Resolução CMN n.º 3.908/2010); operações de cessão de créditos (Resolução CMN n.º 3.998/2011); assuntos do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic (Resolução BCB 55/2020); participação SPI e conta PI (Resolução BCB n.º 195/2022 e Instrução Normativa BCB n.º 243/2022); e operação de



meio circulante (Resoluções BCB n.ºs 194/2022 e 223/2022); Comissão de Valores Mobiliários – CVM: pelo cumprimento das normas estabelecidas na Instrução CVM n.º 480/2009, Artigo 44 (função de relações com investidores); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA: Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas de Negociação de Instrumentos Financeiros; e representante do Banestes S.A. perante à Anbima, respondendo por todo e qualquer ato e informações; B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: Relações com o Mercado (DRM), responsável pelas Clearing B3 e de Clearing Câmbio; e Mercado de Balcão B3; **Alcio de Araújo**: Banco Central do Brasil: Ouvidoria (Resolução CMN n.º 4.860/2020); Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR (Resolução BCB n.º 222/2022); e Política de Relacionamento com Clientes e Usuários (Resolução CMN n.º 4.949/2021); Comissão de Valores Mobiliários – CVM: pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução CVM n.º 43/2021 (instituição da Ouvidoria no âmbito do mercado de valores mobiliários); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA: Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada; **Carlos Artur Hauschild**: Banco Central do Brasil: Sistema de Informações de Créditos - SCR (Circular 3.870/2017); atualização dos dados no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central - Unicad (Resolução BCB n.º 209/2022); apuração dos limites e padrões mínimos (Resolução BCB n.º 69/2021); por prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613/1998 – Lavagem de Dinheiro (Circular 3.978/2020); fornecimento de informações (Circular 3.504/2010); apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, Patrimônio de Referência - PR e capital principal (Resolução BCB n.º 100/2021); cumprimento da Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA (Resolução n.º 4.327/2014); por divulgação de informações de requerimento prudencial (Resolução CMN n.º 4.557/2017, Artigo 56-A); por gerenciamento de riscos – CRO (Resolução CMN n.º 4.557/2017, Artigo 44); pela estrutura de gerenciamento de capital (Resolução CMN n.º 4.557/2017, Artigo 47)); cadastro de clientes no Sistema Financeiro Nacional – SFN – CCS (Resolução BCB n.º 179/2022); Política de Segurança Cibernética (Resolução CMN n.º 4.893/2021 e Resolução BCB n.º 85/2021); cumprimento de limites - máxima exposição (Resolução CMN n.º 4.677/2018); limite máximo de aplicação Ativo Permanente (Resolução CMN n.º 4.957/2021); e por questões do arranjo de pagamento (artigo 16; e incisos de I a III do Artigo 32, da Resolução BCB n.º 150/2021); Comissão de Valores Mobiliários – CVM: pela supervisão dos procedimentos e controles internos estabelecidos no Artigo 4º, inciso IV da Resolução CVM n.º 21/2021 (exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários); pela supervisão dos procedimentos e controles internos estabelecidos no Artigo 17, inciso II da Resolução CVM n.º 32/2021 (prestação de serviços de custódia de valores mobiliários); pela supervisão das regras, procedimentos e controles internos estabelecidos no inciso II do *caput* do Artigo 28, inciso II da Resolução CVM n.º 33/2021 (prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários); pela supervisão dos procedimentos e controles internos, previstos no inciso II do *caput* do Artigo 4º, e pela Segurança da Informação (Resolução CVM n.º 35/2021); pelo cumprimento das obrigações estabelecidas no Artigo 8º da Resolução CVM n.º 50/2021 (prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA:



responsabilidade de Controles Internos e Compliance em relação aos Códigos ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros; Programa de Certificação Continuada; Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais; Distribuição de Produtos de Investimento no varejo; Código Anbima de regulação e melhores práticas para negociação de instrumentos financeiros; B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: Supervisão dos Procedimentos e Controles Internos estabelecidos no Artigo 211, inciso XII, alínea “b” do Regulamento do Balcão B3; Fatca - Foreign Account Tax Compliance Act: Lei Internacional (*Responsible Office – RO*); Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN: Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária; **Fernando Valli Cardoso**: Banco Central do Brasil: Carteira Comercial (Resolução n.º 2.212/1995); e contratação de correspondentes (Resolução n.º 4.935/2021); **Marcos Vinícius Nunes Montes**: Banco Central do Brasil: Carteira de Investimento (Resolução n.º 2.212/1995); questões de arranjo de pagamento (Resolução BCB n.º 150/2021); contas de depósitos (Resolução CMN n.º 4.753/2019); pelos testes homologatórios de arranjos de pagamento (Resolução n.º 4.734/2019 e Circular n.º 3.952/2019); por questões relacionadas à participação no PIX (Instrução Normativa BCB n.º 203/2021); elaboração e remessa SVR (Resolução BCB n.º 98/2021); contas de pagamento (Resolução BCB n.º 96/2021); autorização/cancelamento de autorização de débitos em contas de depósitos e em conta salário (Resolução CMN n.º 4.790/2020). Comissão de Valores Mobiliários – CVM: pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução CVM n.º 35/2021, Artigo 5º, inciso I (operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários), inclusive pelo cumprimento das obrigações previstas no Capítulo XI - Plano de Continuidade de Negócios; pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento aberto, ou de captação de ordens pulverizadas de venda de ações (inciso II, parágrafo 1º do Artigo 1º da Instrução CVM n.º 424/2005); pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução CVM n.º 30/2021, inciso III do Artigo 8º (dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente – *Suitability*); pelo cumprimento das normas estabelecidas no Artigo 17, inciso I da Resolução CVM n.º 32/2021 (prestação de serviços de custódia de valores mobiliários); pelo cumprimento das normas estabelecidas no Artigo 28, inciso I da Resolução CVM n.º 33/2021 (prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA: Códigos Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais; Distribuição de Produtos de Investimento; e para Administração de Recursos de Terceiros; B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: pelo cumprimento das regras estabelecidas na norma expedida pela CVM sobre a atuação de intermediário, conforme Artigo 211, inciso XII, alínea “a” do Regulamento do Balcão B3; **Hugo Luiz Ribeiro Gaspar**: Banco Central do Brasil: Carteiras de Arrendamento Mercantil, de Crédito Imobiliário, e de Crédito, Financiamento e Investimento (Resolução n.º 2.212/1995); área de arrendamento mercantil (Resolução CMN n.º 4.977/2021); registro de garantias sobre veículos/imóveis (Resolução n.º 4.088/2012); área de crédito rural (Resolução n.º 4.883/2020); e por operações no mercado de câmbio (Resolução n.º 3.568/2008); **Tasso de Macedo Lugon**: Banco Central do Brasil: como Diretor responsável pelo compartilhamento do Open Banking (Resolução Conjunta 1). Em seguida, registrou que (i) os eleitos declararam atender os requisitos mínimos de elegibilidade previstos, em especial, nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/1976, Resolução n.º 4.122/2012, do Conselho

Monetário Nacional, Lei n.º 13.303/2016, e Decreto Estadual (ES) n.º 3065-R/2012; (ii) os eleitos apresentaram os documentos comprobatórios estabelecidos no Artigo 3º da Instrução CVM n.º 367/2002; (iii) a posse dos eleitos nos respectivos cargos somente ocorrerá após a aprovação pelo Banco Central do Brasil, restando, dessa forma, a Diretoria assim constituída: Diretor Presidente: José Amarildo Casagrande; Diretor de Relações com Investidores e de Finanças: Silvio Henrique Brunoro Grillo; Diretores: Alcio de Araujo, Carlos Artur Hauschild, Fernando Valli Cardoso, Hugo Luiz Ribeiro Gaspar, Marcos Vinícius Nunes Montes e Tasso de Macedo Lugon; (iv) os eleitos Fernando Valli Cardoso e Marcos Vinícius Nunes Montes, empregados da Sociedade, terão seus contratos de trabalho suspensos, devendo ser firmado Contrato Individual de Diretor Estatutário com esses profissionais, após a posse nos respectivos cargos. II. Em atendimento ao OFÍCIO G N.º 013/2022, de 8/3/2022, para compor o Comitê de Auditoria da Sociedade, com mandato até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração - RCA que suceder à Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2023: **Mário Zan Barros**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, Contador, Carteira de Identidade 881.908, SSP/ES, CPF 978.425.757-20, residente na Rua Fortunato de Abreu Gagno, n.º 135/802, Jardim Camburi, Vitória (ES), CEP 29090-200, a quem caberá o exercício da função de Coordenador do Comitê de Auditoria, em atendimento ao § 2º do Artigo 50 do Estatuto Social da Sociedade; **Christiano Santos Corrêa**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, Administrador, Carteira de Identidade 920.584, SSP/ES, CPF 008.104.827-03, residente na Rua Antônio Regis dos Santos, n.º 462/1503, Itapoã, Vila Velha (ES), CEP 29101-670; **Sebastião José Balarini**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Economista, Carteira de Identidade 157.022, SSP/ES, CPF 195.451.507-34, residente na Rua Chafic Murad, n.º 54/902, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-660. Em seguida, registrou que (i) as exigências do § 2º do Artigo 12 do Regulamento anexo à Resolução n.º 4.910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e do § 2º do Artigo 25, da Lei 13.303/2016, estão sendo atendidas pelo Senhor Mário Zan Barros, que possui comprovados conhecimentos nas áreas de auditoria e contabilidade societária; (ii) os eleitos apresentaram os documentos comprobatórios estabelecidos no Artigo 3º da Instrução CVM n.º 367/2002; (iii) os eleitos declararam atender às condições prévias de elegibilidade previstas, em especial, Artigo 25 da Lei 13.303/2016, Resolução n.º 4.122/2012, Regulamento Anexo à Resolução n.º 4.910/2021, do Conselho Monetário Nacional, Resolução CNSP n.º 321/2015, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Decreto Estadual (ES) n.º 3065-R/2012; (iii) a posse dos eleitos somente ocorrerá após a aprovação pelo Banco Central do Brasil, ficando o Comitê de Auditoria da Sociedade constituído pelos Senhores Mário Zan Barros (Coordenador), Christiano Santos Corrêa e Sebastião José Balarini. Finalizando, registrou ainda que: (i) a remuneração dos eleitos para compor a Diretoria e o Comitê de Auditoria foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, realizada em 29 de abril de 2022; (ii) o processo de indicação e avaliação dos profissionais eleitos para compor a Diretoria e o Comitê de Auditoria foi analisado pelo Comitê de Remuneração e de Elegibilidade da Sociedade, que opinou favoravelmente às indicações. Ficou registrado, ainda, o voto de abstenção da Conselheira Sonia Resende Barros nas deliberações desta reunião. **Encerramento e Lavratura da Ata**: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a



qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Vitória (ES), 5 de maio de 2022. **(a.)** José Antônio Resende Alves, Presidente; Carla Barreto, Marinete Andrião Francischetto e Sonia Resende Barros, Conselheiras; João Luiz Pereira de Oliveira, José Amarildo Casagrande, Maelcio Maurício Soares, Sebastião José Balarini e Wander Egídio de Oliveira, Conselheiros.

Certificamos que a presente Ata é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio.

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Alcio de Araujo
Diretor



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
73036862749	
74129058800	